

Resposta a Nota do SINTESM

No dia 25 de abril de 2024 foi lançada em uma rede social, supostamente uma nota de autoria do SINTESM, em um comentário no perfil do Deputado Amélio Cayres; usamos supostamente pois, até o momento, a direção do referido sindicato não validou a referida nota e o perfil que lançou o comentário tem o nome do SINTESM mas não possui nenhum seguidor ou postagem, aparentando ser Fake, o que seria compreensível visto que a referida nota propaga fake News.

Mas por amor ao debate e visando esclarecer a população de São Miguel do Tocantins vamos analisar as situações lá constantes fazendo um breve histórico da educação do município.

Até o ano de 2021, São Miguel do Tocantins contava com os menores salários da região, não havendo nenhuma valorização da categoria, além de possuir escolas sucateadas, falta de materiais e péssima qualidade de ensino.

A partir de 2021, começou todo um trabalho de valorização da educação no município, inicialmente se começou a melhoria das estruturas escolares com a reforma de 12 unidades escolares de um total de 16 existentes e as quatro que faltam duas já estão em reforma, a construção de uma creche com recursos próprios, aquisição de equipamentos e materiais didáticos, instalação de energia solar e diversas melhorias, tornando São Miguel referência em educação.

Em 2021 os professores contratados em uma iniciativa inédita da administração municipal tiveram seus salários equiparados aos professores concursados em clara valorização dos professores, pois os profissionais que exercem essa função são todos importantes e devem ser tratados com isonomia e respeito, sendo eles contratados ou concursados, sendo certo que nesse mesmo ano foi pago o piso da categoria a todos os profissionais da educação em nosso município.

Em 2022, o sindicato deflagrou uma greve política e ilegal reconhecida pela justiça como tal, exigia na oportunidade o pagamento do piso estipulado em 2022 pelo governo federal, sendo certo que o município já estava na oportunidade realizando os estudos técnicos para aplicação do piso salarial o que foi feito independente do sindicato, por discricionariedade da administração municipal, pois mesmo após o reconhecimento da ilegalidade da greve e dos abusos de alguns mal intencionados, o poder público

pagou o piso em 2022 e inclusive com todos os retroativos a todos os profissionais da educação contrariando inclusive o SINTESM que exigia apenas o pagamento aos professores efetivos.

Ainda em 2022, em uma conquista histórica da administração e mais uma vez contrariando os interesses do sindicato, pela primeira vez na história do município os professores contratados receberam suas verbas rescisórias e décimo terceiro salário, o que o sindicato era contra, pois queria que esses valores fossem rateados exclusivamente entre os professores concursados, causando prejuízo a inúmeras famílias.

Em 2023, o aumento proposto pelo governo federal foi reconhecido como ilegal pelo judiciário através de decisão de mérito da Justiça Federal o que impede a aplicação de qualquer alteração de piso em 2023, sendo certo que o piso legal e vigente é o de 2022 que está sendo efetivamente pago pelo município a todos os professores e rigorosamente em dia. Tal afirmação pode ser conferida no processo n. 1002138-47.2023.4.01.4301 que tramita na primeira Vara Federal de Araguaína.

Não satisfeito o jurídico do sindicato, mesmo sabendo da existência da ilegalidade reconhecida no processo perante a justiça federal e em total má-fé, ajuizou ação perante a comarca de Itaguatins, buscando induzir o judiciário estadual em erro pedindo a determinação de pagamento de valores e aumentos sabidamente ilegais e ilícitos, mas também não obteve êxito, tendo seu pedido indeferido pelo judiciário tocantinense também nos autos do processo n. 0001421-71.2023.8.27.2724

Vemos assim que todas as investidas do SINTESM não encontram respaldo na verdade e na legalidade, optando assim pela divulgação de inverdades, notícias falsas e com claro viés eleitoreiro, pois todas as ações até então interpostas contra o município foram indeferidas pelo judiciário dando total respaldo a administração municipal.

A Gestão Municipal de São Miguel do Tocantins, desde 2021, administra e governa para todos, para o bem de nossa população e com valorização isonômica de todos os profissionais e não para uma minoria que, passados quase 4 anos não respeita a vontade do povo de São Miguel do Tocantins expressada nas urnas em 2020.

As medidas judiciais pela propagação de FAKE NEWS serão tomadas pelo jurídico do município.

São Miguel do Tocantins, 26 de abril de 2024.

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO TOCANTINS